



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Reunião ordinária da Ex.^{ma} Câmara efectuada em 17 de Agosto de 1966

ACTA N.º 377

No dia 17 de Agosto de 1966, na sala das reuniões camarárias dos Paços do Concelho, efectuou-se a reunião ordinária da Ex.^a Câmara Municipal de Lisboa, sob a presidência do presidente, gerenal António Vitorino França Borges, estando presentes o vice-presidente, Aníbal David e os vereadores: dr. Abel Pinto Repolho Correia, que entrou no decurso da reunião, António Morais de Carvalho, Frederico Gorjão Henriques, dr. Guilhermino Augusto Meirelles de Matos, Júlio Rocha Borges, Luís Inácio Rodrigues, comodoro dr. Luís Mendes Monteiro Ginja Brandão, eng.º Segismundo do Carmo da Câmara de Saldanha, não tendo comparecido os vereadores: dr. António Gonçalves Lourenço, Francisco Cabral Moncada de Carvalho (Cazal-Ribeiro), Rogério Alves da Fonseca e arq.º Vasco de Moraes Palmeiro (Regaleira), cujas faltas foram consideradas justificadas.

As 10 horas e 45 minutos, feita a chamada e verificada a presença da maioria, o presidente comunicou que ia ser lida a acta da reunião anterior, efectuada em 3 do mês corrente.

O vereador ROCHA BORGES propôs a dispensa da leitura da referida acta, o que foi aprovado por unanimidade, e, — não tendo havido reclamação contra a sua redacção — o presidente, nos termos do § 2.º do artigo 28.º do «Regimento», declarou que se considerava aprovada.

Seguidamente, entrou-se na

ORDEM DO DIA

O vereador GORJÃO HENRIQUES, pedindo a palavra, declarou: Por motivos inadiáveis nem antecipáveis, não pude, infelizmente, estar presente na reunião pública do passado dia 3, nem assistir à inauguração da Ponte Salazar. Não posso esquecer as dificuldades da Presidência, a sua preocupação e as próprias dificuldades dos Serviços, para que a Ponte tivesse, na hora própria, os seus acessos, preocupação, bem entendido, que se estendia a toda a vereação. Embora nessas terras distantes da América do Sul, não deixei, em pensamento, de estar presente nesta casa e em todas as manifestações realizadas. Sei do brilhantismo de todas as jornadas e não quero deixar

de, sinceramente, felicitar V. Ex.^a senhor presidente, por todas aquelas que foram realizadas pelo Município. Quando se tem um chefe como V. Ex.^a, com as suas qualidades de carácter, inteligência e faculdades de trabalho, não é difícil que todos cumpram o seu dever, embora, nos tempos que vão correndo, seja, no entanto, de registar. Mas, segundo estou informado, todos quantos trabalham neste Município, desde os mais categorizados aos mais modestos, deram o seu maior esforço, pondo à prova as suas faculdades, com sacrifício de horas de repouso, ultrapassando em trabalho, boa vontade e dedicação à Cidade, os seus deveres regulamentares. Talvez porque não estando presente, e não podendo por isso, infelizmente, dar a minha quota parte de auxílio à Presidência, sinto-me mais à vontade para propor que fique registado em acta, a boa vontade e a dedicação de todos os funcionários que tanto trabalharam para que, mais uma vez, aliás como tantas outras, a Câmara Municipal de Lisboa se tenha mostrado digna de Capital do Império, impondo-se à consideração de todos os munícipes. (VOZES: *Muito bem! Muito bem!*).

O PRESIDENTE disse cumprir-lhe agradecer as palavras do vereador Gorjão Henriques e concluir que o bom termo dos trabalhos verificados se devia uma vez mais ao conjunto de boas vontades que serviam a Câmara, a começar na vereação e a terminar nos Serviços. E, de facto, foi isso o que se verificou. Fora a noção das responsabilidades e prestígio posto à prova que levava os responsáveis a fazer tudo quanto de bom podiam para que as obras da responsabilidade municipal estivessem concluídas em tempo oportuno o que efectivamente se verificou. Temos, declarou, que nos congratular com mais um exemplo de unidade de esforços, de boa colaboração, de sincera cooperação, exemplo esse dado a todo o País pela câmara municipal que todos procuram servir com a melhor inteligência e desinteresse. Registava, portanto, as palavras do vereador Gorjão Henriques, devendo notar que, aquando da última reunião extraordinária, tivera ocasião de se referir à ausência do mesmo vereador e assegurar que se ele estivesse presente teria tomado uma atitude de inteiro aplauso às conclusões assumidas em relação à homenagem prestada a Sua Ex.^a o Presidente do Conselho. Portanto, concluiu, o seu nome não fora esquecido nessa altura, e está presente no número daqueles que haviam contribuído para a efectivação de melhoramentos tão importantes para o futuro da cidade de Lisboa.

O vereador ROCHA BORGES começou por dizer que o Tejo, a velha estrada de Lisboa, estivera em festa; o Tejo vestira-se de galas, vibrara, gritara. Fora esta a ideia com que começara o seu discurso, a voz de Lisboa: — o Presidente do Município traduzida na elegância da forma, no cuidado e na beleza das imagens — nessa manhã de 6 de Agosto que nós não esqueceremos, acentuou. Lembrara S. Ex.^a que as tágides camoneanas, se estivessem no Tejo, estranhariam aquela forma elegante de uma coisa nova que o povo já crismara simplesmente como a «ponte», no dizer do ilustre jornalista Augusto de Castro. Sim, as tágides estavam lá! Nem todos as puderam ver,

mas vira-as e sentira-as o nosso presidente; eram as mesmas que num dia já remoto neutralizaram a acção das sereias, deixando entrar no estuário do Tejo esse grego famoso que viera fundar a urbe. Foram as mesmas tágides que, mais tarde, empurraram também para as águas do Tejo a nau que trazia as relíquias do Santo patrono da Cidade. E foram elas também que, séculos depois, ajudaram as caravelas para o Oeste e para o Sul: para as descobertas dos portugueses. O povo, como já dissera, sabendo que deve a ponte a Salazar, sabendo que é a «Ponte Salazar», glorificara ainda mais o nome desse estadista ilustre e essa obra extraordinária do século, chamando-lhe sômente a «Ponte», como quando nos seus momentos de intimidade se refere ao Presidente do Conselho, lhe chama o «António!» Pequenos reparos queria ainda fazer, se S. Ex.^a lho permitisse, acentuou, à acção desenvolvida por parte do funcionalismo da Câmara. A sessão solene que tivera a presença dos dois estadistas — o chefe do Estado e o Presidente do Conselho — encontrou o Município engalanado como nunca se vira. Maravilhoso, simplesmente maravilhoso, disse. E queria notar, como notaram todos os que a ela assistiram, que desde a sábia disposição das flores até à magnífica iluminação e até ao aprumo do chamado pessoal menor, nas suas fardas cuidadas e ostentando as suas condecorações, tudo estava certo, tudo estava no seu lugar, tudo fora primorosamente visto e cuidado. V. Ex.^a, disse, terá que louvar os homens que o ajudaram nessa realização. V. Ex.^a melhor de que eu, prosseguiu, sabe quem foram os principais obreiros. E sem melinde para ninguém e porque o contacto que tivera fora com essas pessoas, queria em primeiro lugar, citar o director dos Serviços Centrais e Culturais, dr. Martins Gomes, e os Serviços de Protocolo, tão cuidadosos e, por último referir esse rapaz extraordinário de movimento e acção, que é o Vicente Rodrigues. E, aproveitando estar no uso da palavra, queria igualmente aludir a algumas das referências que ouvira da boca do senhor dr. D. Carlos Árias, que tivera a honra de acompanhar durante esses dias. S. Ex.^a, político eminente do país vizinho, pessoa de grande projecção social que fora indicado para o primeiro «Ayuntamiento» espanhol, visitou por sua própria sugestão, alguns serviços municipais. O primeiro foi a Central Leiteira, onde apareceram de maneira absolutamente inesperada porque estavam ali próximo e porque ele perguntara se não tínhamos serviços que cuidassem do leite. Respondera afirmativamente e lá foram! Devia dizer que ficara encantado porque se estava em plena laboração, com tudo primorosamente orientado e com tudo primorosamente realizado. D. Carlos Árias fizera imensas perguntas e interessara-se por tudo o que vira e estava convencido, porque este lho declarara, que gostara imenso. Visitámos também, acrescentou, mas então com a visita anunciada, o Matadouro. Não foi uma visita vulgar; foi uma visita de mais de três horas, sempre a andar, sempre a ver todos os pormenores. Tiveram a sorte e a honra de ser acompanhados pelo senhor director Romeiras que foi incansável, que deu todas as explicações e não era fácil responder a tudo de memória como o fizera, porque as perguntas do «alcalde» foram muitas e pertinentes. Foram igualmente à Estufa Fria — aquele encanto para os olhos

que todos conhecemos. Ele, «alcalde» não a conhecia, nunca lá tinha ido. Ficou maravilhado e com uma certeza: é que nunca poderia fazer em Madrid uma coisa igual; não tinha clima nem água para isso. Mas agora, acrescentou, um pequeno reparo: é a altura de se reparar na Estufa Fria; tem muitas e muitas daquelas réguas partidas e, porque não estudar, sobretudo em certas zonas, a possibilidade de lhe aumentar a altura, dado que há plantas que teimam em crescer e são excelentes exmplantares?! Talvez o assunto pudesse ser visto por quem o sabe ver e por quem o sabe realizar. Uma outra coisa que também impressionara aquele visitante, acrescentou, foi o estado dos pavimentos das ruas, que considerou muito bem cuidados! Vira-se, devia dizê-lo, verdadeiramente aflito porque, infelizmente, não é possível cuidar deles como seria de desejar, mas ele achara-os muito bons — e passara por alguns sítios onde não eram nenhuma maravilha. Contudo, a sua impressão geral foi a de que os pavimentos de Lisboa eram excelentes. Outra coisa que lhe fora também agradável ouvir foram as referências especialíssimas à limpeza da Cidade — e nós sabemos que ela já não é o que era. Os motivos também todos sabemos. Ficara-lhe também na retina, nas noites que, por acaso, estiveram boas, a iluminação. Estava convencido, — disse, o Sr. «alcalde» — que Lisboa era a cidade da Europa melhor iluminada. É maravilhoso o que vocês fizeram, declarou. Já cá tinha vindo, há anos, mas notara — e ele, vereador, ali estava para o frisar — essas grandes modificações na iluminação. Foram essas as impressões de um homem público espanhol, um homem de responsabilidades, como o «alcalde» de Madrid. Eram para a presidência os cumprimentos que este lhe endereçara nas muitas horas que com ele privara. Dirijo-os a V. Ex.^a intactos porque é V. Ex.^a, disse, o chefe que a eles tem direito, concluiu.

O PRESIDENTE respondeu ser sempre assim. Necessariamente tinha de haver uma entidade responsável pelo conjunto e portanto, pelo bem e pelo mal. Quando as coisas corriam bem era natural que as palavras chegassem até ao presidente, como era igualmente justo que quando as coisas corriam mal, ou pareciam correr mal, as reclamações lhe fossem endereçadas. É uma responsabilidade que está ligada à natural representação que incide sobre o Presidente da Câmara Municipal. Agradecia as palavras do vereador Rocha Borges no que elas continham de amabilidade para com o orador que, em nome da Câmara, e da Cidade, tivera que falar no dia 6 de Agosto. Devo agradecer a V. Ex.^a, disse, a referência que fizera aos serviços, que necessariamente hão-de ter a sua compensação escrita, através de um louvor, e também o esforço, o trabalho e o tempo que V. Ex.^a perdeu acompanhando um dos convidados do Município durante a inauguração da referida ponte, agradecimentos que tornava extensivos a todos os outros vereadores que haviam feito o favor de dispor também do seu tempo acompanhando outros convidados; queria referir-se aos senhores dr. Guilhermino de Matos, dr. Gonçalves Lourenço, que não estava presente, ao jornalista Morais de Carvalho e ainda ao vereador Rogério da Fonseca que, tendo sido convidado para o

mesmo fim, não pudera desempenhar-se da sua missão por motivo de doença grave de pessoa de família do burgomestre de Colónia. VV. Ex.^{as}, continuou, tinham tido inteira liberdade de levar os visitantes onde eles entendessem e quisessem. Portanto, fora muito bom que D. Carlos Árias tivesse escolhido livremente os locais da sua visita, sem quaisquer preparativos ou avisos. Consigo próprio acontecera uma coisa semelhante em relação à visita que outro ilustre visitante brasileiro há pouco fizera aos Olivais, e, em visita inesperada, a casas ultimamente distribuídas por famílias modestas. Tratara-se de um caso de sorte encontrar-se ou não uma casa arranjada ou uma casa descuidada. Sucedeu que todas as casas visitadas, de surpresa, fossem habitadas por famílias cujas mulheres eram boas donas de casa. Em relação à Central Pasteurizadora ela mantém os créditos há muito adquiridos, assim como o Mata-douro igualmente mantém a tradição de uma boa organização industrial. De facto os estrangeiros que nos visitam continuavam a considerar, a cidade de Lisboa como a melhor iluminada e a mais limpa do mundo; ao mesmo tempo continuavam a surgir reclamações de ordem interna, não quanto à iluminação, mas sim quanto à limpeza. Qualquer deficiência que se tenha verificado, tinha a sua base na falta de centenas de cantoneiros que, por motivos vários, estavam abandonando os serviços e não são substituídos. A direcção e a repartição respectivas, foram avisadas no sentido de procurar remediar essa falta, pelo recurso a meios mecânicos. Estava-se a proceder ao seu estudo e far-se-ia todo o possível para manter Lisboa com a característica de irrepreensível limpeza que todos os estrangeiros lhe reconhecem. Supunha ter respondido a todas as referências feitas, à excepção da Estufa Fria, mas quanto a esta, a repartição respectiva fora já avisada para procurar remediar o mal apontado. Existiriam talvez outros actos que não tem sido possível reprimir e que estão ocasionando danos, mas iam ser tomadas providências de policiamento necessárias e teriam de ser tomadas também pela repartição competente medidas complementares para a reparação da cobertura da estufa. Quanto à sugestão feita para o seu alteamento, estava convencido que este não era possível fazer-se. Ao contrário, teria talvez de se impedir que as plantas atingissem uma cota determinada em altura; era um problema de natureza técnica que os serviços iriam resolver, concluiu.

Seguidamente, foram lidas as seguintes propostas:

Considerando que se torna necessário, para efeito de registo, desafectar do domínio público para o domínio privado da Câmara uma parcela de terreno situada na Rua Conde de Ficalho, 26/26-A, alienada à Sociedade Cooperativa «O Lar Familiar»;

Tenho a honra de propor:

Que a Câmara delibere desafectar do domínio público para o seu domínio privado a parcela acima referida com a área de 286 m², representada a